

## **DIREITOS REPRODUTIVOS E SAÚDE DA MULHER EM TEMPOS DE ZIKA VÍRUS**

Autor: Simone Alves da Cruz

*Centro Universitário Jorge Amado-UNIJORGE*

### **Resumo:**

O presente artigo tem por objetivo apresentar, discutir e avaliar as análises atemporais dos direitos reprodutivos e da saúde das mulheres no contexto da tríplice epidemia do ZIKA vírus no Brasil. Tais análises foram obtidas através da observação de discursões realizadas por pesquisadores e doutores da área médica e científica, influentes na promoção a saúde reprodutiva, esta em consonância às doenças relacionadas à epidemia do ZIKA vírus. Em uma abordagem de cunho qualitativo, são apontados resultados preliminares de pesquisa destinada ao Artigo Científico, sendo esta realizada no segundo semestre de 2016, a partir das abordagens técnicas elaboradas da 3ª Sala de Situação do ZIKA vírus, que ocorreu em Brasília-DF, na Casa da ONU, em julho de 2016. Na mesma destaca-se a ausência do Estado Brasileiro em assegurar saúde reprodutiva para a população feminina no Brasil em tempos de ZIKA vírus, tendo em vista os aspectos relevantes a ser considerada com a principal vertente a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (2004-2007). Para além da relevância das análises teóricas dos recortes temporais da epidemia do ZIKA vírus, é indispensável o diálogo do pleno exercício da justiça reprodutiva das mulheres no Brasil, mediante ao conceito de subalternidade pré-estabelecida pelo sistema patriarcal e da gênese da interseccionalidade de raça, gênero e classe social. Trata-se do reconhecimento de diferentes esferas de pensamento crítico que determina as relações sociais políticas dos indivíduos no âmbito da teologia, sociologia e filosofia. Portanto, é pertinente estreitar os laços em um diálogo amistoso com ativistas pelos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, atuantes no cenário da tríplice epidemia do ZIKA vírus. Apresentam-se ainda as questões de opressão e submissão da população negra, tendo em vista o racismo estruturante das relações sociais constituídas no Brasil.

**Palavras-chave:** Direitos Reprodutivos, ZIKA vírus, Saúde da Mulher, interseccionalidade, Política.

### **Introdução**

O presente artigo tem por finalidade levantar questões inerentes aos direitos reprodutivos e saúde da mulher em tempos de ZIKA vírus. Torna-se importante evidenciar os elementos que norteiam a desinformação e que coloca a saúde das mulheres brasileiras em risco durante o período

(83) 3322.3222

[contato@enlacandosexualidades.com.br](mailto:contato@enlacandosexualidades.com.br)

[www.enlacandosexualidades.com.br](http://www.enlacandosexualidades.com.br)

da tríplice epidemia. Faz-se necessário a compreensão da construção dos direitos reprodutivos no contexto histórico e político brasileiro e suas muitas vertentes ideológicas - a busca da autonomia do *político vs religioso*, partido do princípio de que: a laicidade vai além da separação entre o Estado e a Religião.

A razão em obter respostas aos prováveis elementos que possam dificultar, possivelmente, o pleno exercício das mulheres no Brasil quanto aos direitos reprodutivos no contexto ZIKA Vírus é de extrema importância para esta pesquisa; considerando que o tema: “Direitos reprodutivos e saúde da mulher em tempos de ZIKA vírus” tem por aspecto relevante; a análise dos direitos reprodutivos e a saúde das mulheres no contexto da tríplice epidemia, na compreensão e construção desses direitos e seu contexto histórico no Brasil e se é importante considerar a discussão dos direitos reprodutivos no contexto ZIKA vírus, tendo como principal vertente a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (2004-2007).

Considerando que as necessidades básicas da população deveriam ser amparadas e garantidas pelo Estado Brasileiro, é provável que o artigo possa direcionar a fatores que identifique a subalternidade feminina como um regime pré-estabelecido por uma sociedade patriarcal; faz-se necessário entender direitos reprodutivos como produção e reprodução do sistema capitalista simbólico segundo BOURDIEU (1994) e que possivelmente tenha o Estado como agente regulador dessa relação. Tais situações presumidamente estão correlacionadas à tirania do fundamentalismo religioso e ou provavelmente, institucionalizadas por conceitos arcaicos de uma sociedade patriarcal europeia pré-colonial. É preciso pensar em mecanismos de políticas de saúde que reconheçam a luta e a história das mulheres no processo de construção da realidade na sociedade brasileira.

Portanto, o presente artigo torna-se de grande relevância, pois procura deixar em evidência os fatores que classificam as relações de poder na sociedade e o desenvolvimento da população associado à reprodução e a saúde da mulher; se são consideráveis os papéis sociais e interseccionais de gênero, raça e classe exercidos por homens e mulheres e se os mesmos são atribuídos de forma coercitiva para as mulheres, bem como se é de importância ressaltar que a Constituição de 1888, a única Constituição chamada de: “Constituição Cidadã”, coloca em condição de igualdade homens e mulheres perante a Lei. Entender e argumentar uma série de aspectos culminantes a promoção dos direitos reprodutivos das mulheres na sociedade brasileira no contexto do ZIKA vírus é ampliar a democracia e a justiça social para que essas mulheres possam resistir juntas às mazelas da sociedade capitalista patriarcal.

## **Metodologia**

Buscando analisar a temática proposta pelo presente artigo, sobre o tema: “Direitos reprodutivos e saúde das mulheres em tempos de ZIKA vírus” será pautado na compreensão bibliográfica das informações obtidas por levantamento de dados científicos qualitativos divididos em 03 fases: classificação do material de estudo selecionado, acompanhamento e observação da 3ª Sala de Situação do ZIKA Vírus e estudo dos dados catalogados. É importante salientar que as informações da presente obra possui caráter significativo, atribuído para a execução e cumprimento das Políticas Públicas para as mulheres no Brasil.

O estudo pretende aborda as dificuldades encontradas pela população feminina brasileira em acessar o serviço de atenção primária de saúde; para isso, faz-se necessário primeiramente, direcionar a pesquisa para abordagem de levantamento de todo material bibliográfico essencial, que serão catalogados e fichados - livros e artigos científicos. É considerável ressaltar que essa linha de investigação estabelece uma compreensão favorável em definição e harmonização do sistema de notificação vinculado aos casos relacionados ao ZIKA vírus e dos casos pertinentes à garantia dos direitos reprodutivos.

Após o levantamento do material bibliográfico, a pesquisa será conduzida a discussão abordada na 3ª Sala da Situação do ZIKA Vírus, realizada na Casa da ONU, em Brasília/DF. A mesma ocorreu no dia 12 e 13 de julho de 2016 e contou com a participação de cientistas da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, doutores na área de saúde, representantes da sociedade civil, representantes da área do Direito Civil Brasileiro, ONG's das regiões nordeste, sudeste e sul do Brasil, representantes da ONU Mulheres e o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA. Durante a Sala de Situação, foram debatidos os principais desafios vividos pelas mulheres no Brasil em tempos de tríplice epidemia, dentre eles: os avanços e perspectivas dos diagnósticos laboratoriais; agilidade em definir as síndromes correlacionadas ao ZIKA Vírus; vacinas em longo prazo; o regulamento sanitário nacional; as estratégias do controle vetorial e reestruturação da vigilância sanitária. Os resultados obtidos na 3ª Sala de Situação do ZIKA Vírus foram: o fortalecimento dos sujeitos políticos quanto à propagação dos direitos reprodutivos; fundamentação de projetos de Lei que salvaguardem os direitos das mulheres; estratégias educativas que possam atingir crianças e adolescentes; combate ao racismo institucional nas redes públicas de saúde – tendo como fator determinante a negligência à saúde das mulheres negras e por fim, a elaboração de uma nota técnica debatida em conjunto na 3ª Sala de Situação.

A terceira fase terá por objetivo o estudo dos dados catalogados. É importante salientar que durante essa fase, serão abordados nesta obra: elementos da hermenêutica religiosa, compreensão da

conjuntura do atual contexto social da tríplice epidemia do ZIKA Vírus, a ampliação dos serviços públicos de saúde como fato determinante no cotidiano das mulheres, a discussão dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo 1994, a Reforma Sanitária de 1970, o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) de 1983, o estudo da ideologia feminista como fator determinante às discussões sobre direitos reprodutivos e por fim, a estruturação da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (2004-2007).

Esta pesquisa visa fortalecer os estudos relacionados aos direitos reprodutivos das mulheres no Brasil no contexto da tríplice epidemia do ZIKA Vírus. Tendo em vista, a natureza dos objetos estudados e relacionados, com propriedade científica e ao mesmo tempo utilizando do senso de realidade quanto ao fator social, econômico e político da população brasileira.

### **Conclusão**

As etapas percorridas para o desenvolvimento do artigo científico proporcionará uma maior compreensão na efetivação dos direitos humanos para as mulheres de todo Brasil. O princípio da integralidade é conceituado como um dos princípios mais importantes para a saúde e atenção básica da mulher, tendo em vista a Legislação do Sistema Único de Saúde-SUS. A integralidade da atenção à saúde é muito mais que o tratamento de doenças, tendo em vista as condições sociais vivenciadas por mulheres com nome e sobrenome (PAIM, 2009). O princípio da integralidade se configura em um conjunto de ações e serviços de saúde; capazes de garantir a promoção à saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a garantia de reabilitação da pessoa enferma, para isso existe a necessidade de harmonizar os serviços de saúde na promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres brasileiras no contexto ZIKA vírus.

As mulheres constituem a maioria da população brasileira e são as principais usuárias do SUS; em decorrência disto, elas formam um seguimento fundamental para a implementação de políticas de saúde. Nesse campo se registra a histórica luta por igualdade entre homens e mulheres, que implicam em um forte impacto nas condições de saúde das mulheres. Tendo em vista às novas dimensões relacionadas à sexualidade feminina relacionada às questões da saúde sexual e reprodutiva.

A presente proposta para a construção o artigo científico pretende esgotar os recipientes da construção dos direitos reprodutivos no Brasil e as principais teorias norteadoras utilizadas como mecanismo de dominação e opressão da mente e do corpo. Trata-se do reconhecimento de

diferentes esferas de pensamento crítico que determina as relações sociais políticas dos indivíduos no âmbito da teologia, sociologia e filosofia. É importante levantar o debate sobre a interseccionalidade e como se constitui na soma das opressões de classe raça e de gênero; a mesma tende a dar formato a um debate intelectual dos movimentos sociais, que percebem a realidade e suas multiplicidades. Não significa o acúmulo de debates e vivência de determinados espaços físicos, mas o que provoca as formas de opressão e submissão.

### Referências

PAIM, Jairnilsom Silva, **O que é SUS** – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BOURDIEU, Pierre, **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**, PARTE I: **Espaço Social e Espaço Simbólico**, página 13 a 28. Tradução: Mariza Corrêa – 11ª Edição – Campinas, São Paulo: Papirus 2011.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984: **Microfísica do Poder**; CAPITULO 9: **Poder do Corpo**, organizado e introdução e revisão técnica re Roberto Machado.- 28 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

**A Igreja Católica e a Conferência do Cairo 1994**: Uma linguagem comum – Vozes Católicas, Caderno nº.08- Católicas Pelo direito de Decidir, página 35 **Área de Debate: Mulheres, Saúde e Família**. 1ª Ed. 1999 – reimpressão 2004.

DA SILVA Sergio Gomes, Tese do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica: **Preconceito e Discriminação: As Bases da Violência Contra a Mulher**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aprovado em 10/03/2010.

BOECHAT, Nara- Revista de Manguinhos: **FIOCRUZ contra a tríplice epidemia** Edição 34, páginas 27 -58.